

02/08/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 389.213 CEARÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S)	: HERMES ALVES DO NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: SILVANA DO NASCIMENTO LIMA

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário. Militar. Vantagens remuneratórias concedidas em caráter geral aos militares da ativa. "Diárias operacionais" e "abono policial". Extensão aos inativos. Possibilidade. Precedentes.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que as vantagens remuneratórias denominadas "diárias operacionais" e "abono policial", concedidas aos militares em atividade do Estado do Ceará, de forma geral, são extensíveis aos militares aposentados e aos pensionistas, sob pena de violação do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal.

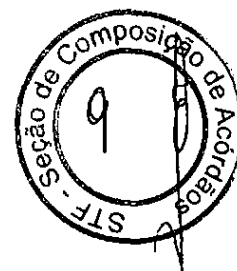
2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Sra. Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 2 de agosto de 2011.

MINISTRO DIAS TOFFOLI
Relator



02/08/2011**PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 389.213 CEARÁ**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S)	: HERMES ALVES DO NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: SILVANA DO NASCIMENTO LIMA

RELATÓRIO**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Estado do Ceará interpõe tempestivo agravo regimental contra decisão em que se negou seguimento ao recurso extraordinário (fls. 137 a 139), com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Estado do Ceará interpõe recurso extraordinário, com fundamento na alínea 'a' do permissivo constitucional, contra acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

'APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - INATIVO - PARCELAS PECUNIÁRIAS PRÓPRIAS DA ATIVIDADE - INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS - APELO CONHECIDO E PROVIDO.

I - Nos termos do art. 40, § 8º, da Carta Magna, os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade.

II - As parcelas pecuniárias de caráter 'pro labore faciendo' ou 'propter laborem', entendidas como aquelas concedidas em virtude das peculiaridades do serviço, não

RE 389.213 AGR / CE

podem ser incluídas aos proventos, salvo se existir expressa disposição legal nesse sentido, como na hipótese em comento.

III - Garante-se aos aposentados e pensionistas a concessão de vantagens que, a despeito da denominação, tenham a natureza de vantagem incorporável, como é o caso da diária ocupacional e do abono policial militar. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

IV - Apelo conhecido e provido (fls. 97/98).

Alega o recorrente contrariedade ao artigo 40, § 8º da Constituição Federal. Afirma que *'gratificação inerente ao exercício da função policial-militar, ou seja, própria da atividade, jamais poderá ser levada para a inatividade'* (fl. 111).

Sem contrarrazões (fl. 122), o recurso extraordinário (fls. 105 a 116) foi admitido (fls. 123 a 125).

Decido.

Anote-se, inicialmente, que o acórdão recorrido foi publicado em 8/3/02, conforme expresso na certidão de folha 104, não sendo exigível a demonstração da existência de repercussão geral das questões constitucionais trazidas no recurso extraordinário, conforme decidido na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/RS, Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 6/9/07.

Não merece prosperar a irresignação.

A Suprema Corte já decidiu, em casos análogos ao dos autos, que as vantagens conferidas aos servidores militares da ativa, de modo geral, denominadas diárias operacionais e abono policial, devem ser estendidas aos inativos. Nesse sentido, confira-se:

'Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Policial militar do Estado do Ceará. Diárias operacionais. Extensão aos servidores aposentados. Art. 40, § 8º, da Constituição Federal (redação da EC 20, de 1998). Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento' (AI nº 453.133/CE-AgR, Segunda

RE 389.213 AGR / CE

Turma, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJ de 1º/9/06).

'AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. POLICIAL MILITAR. ESTADO DO CEARÁ. DIÁRIAS OPERACIONAIS E ABONO POLICIAL MILITAR. EXTENSÃO DESSES BENEFÍCIOS A INATIVOS E PENSIONISTAS. Pacífica é a jurisprudência desta corte no sentido de que as gratificações denominadas diárias operacionais e abono policial militar são extensíveis aos servidores inativos e aos pensionistas. Sendo assim, descabem as alegações de que as diárias operacionais seriam devidas tão-somente aos servidores em atividade e de que o abono visava a complementar os vencimentos de servidores que percebiam remuneração inferior ao salário mínimo, eis que o impetrante, ora agravado, percebia com habitualidade tais benefícios. A supressão dessas parcelas no ato da aposentadoria implica, assim, redução nominal da remuneração percebida, algo vedado conforme reiterada jurisprudência do Tribunal. Agravo regimental a que se nega provimento' (RE nº 367.258/CE-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJ de 24/6/05).

'Servidor público do Estado do Ceará. Gratificações de serviço denominadas diárias operacionais e abono policial militar: extensão aos servidores inativos, com base no art. 40, § 8º (red. da EC 20/98) da Constituição Federal, dado o seu caráter geral (v.g. AI 265373 AgR, Marco Aurélio, DJ 02.02.01; RE 385.041, Carlos Velloso, DJ 17.06.03; AI 332.894, Nelson Jobim, DJ 29.08.01)' (RE nº 410.288/CE-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 27/2/04).

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se."

RE 389.213 AGR / CE

Insiste o agravante que foi violado o art. 40, § 8º, da Constituição Federal, uma vez que as parcelas pleiteadas pelo agravado “possuem natureza pessoal e tem natureza **propter laborem**, conforme entendimento desta Suprema Corte” (fl. 143).

Aduz, ainda, **in verbis**, que:

“Destarte, não há ilegalidade na redução dos proventos da parte Recorrida, uma vez que somente são irredutíveis os vencimentos e proventos em consonância com dispositivos constitucionais e legais, jamais os pagos em desacordo com a lei ou com a Constituição” (fl. 143).

É o relatório.

02/08/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 389.213 CEARÁ

VOTO**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

O inconformismo não merece prosperar.

Colhe-se do voto condutor do acórdão recorrido:

“Tem-se entendido, todavia, que a referida disposição constitucional não se aplica às parcelas pecuniárias de caráter *pro labore faciendo* ou *propter laborem*, que, por estarem diretamente vinculadas à realização de determinadas atividades, não podem ser incluídas aos proventos, **salvo se existir expressa disposição legal nesse sentido.**

Todavia, questão tormentosa consiste na incorporação das parcelas denominadas 'diária ocupacional' e 'abono militar', cujas terminologias envolvem a idéia de parcelas *propter laborem*, mas que vem sendo concedidas indistintamente, no mesmo percentual, a todos os servidores da ativa.

(...)

Essa falha técnica do legislador, em diversas circunstâncias causa prejuízo aos servidores inativos, por lhes negar o direito à percepção de um benefício incorporável aos vencimentos, mas que se apresenta erroneamente denominado como vantagem não incorporável.

Em face da deficiência apontada, a melhor jurisprudência pátria vem optando por privilegiar o interesse dos servidores, especialmente dos aposentados e de seus pensionistas, garantindo-lhes a concessão de vantagens que, a despeito da denominação, tenham a natureza de vantagem incorporável” (fls. 100/101).

Dessa forma, conforme consignado na decisão agravada, o Tribunal de origem aplicou à lide a pacífica jurisprudência desta Corte no sentido de que as vantagens remuneratórias denominadas “diárias operacionais”

RE 389.213 AGR / CE

e “abono policial”, concedidas aos militares em atividade do Estado do Ceará, de forma geral, devem, por essa razão, ser estendidas aos militares aposentados e pensionistas, sob pena de violação do art. 40, § 8º, da Constituição Federal. Nesse sentido, além dos precedentes citados, anote-se:

“Servidor público do Estado do Ceará. Gratificações de serviço denominadas diárias operacionais e abono policial militar: extensão aos servidores inativos, com base no art. 40, § 8º (red. da EC 20/98) da Constituição Federal, dado o seu caráter geral (v.g. AI 265373 AgR, Marco Aurélio, DJ 02.02.01; RE 385.041, Carlos Velloso, DJ 17.06.03; AI 332.894, Nelson Jobim, DJ 29.08.01)” (RE nº 370.843/CE-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 9/2/07).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. POLICIAL MILITAR. ESTADO DO CEARÁ. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. 1. São extensíveis aos servidores inativos e aos pensionistas as vantagens concedidas aos policiais militares ativos de forma geral, independentemente do atendimento de qualquer requisito que não seja o mero exercício da função policial. 2. O fato de a denominação de algumas parcelas remuneratórias sugerirem a idéia de que constituem benefícios propter laborem não ilide o seu caráter geral, eis que concedidas indistintamente aos policiais militares da ativa. Incide, assim, o mandamento contido no artigo 40, § 8º, da Constituição do Brasil, na redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 383.349/CE-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJ de 1º/12/06).

“1. RECURSO. Embargos de declaração. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Servidor militar. Gratificações de serviço denominadas diárias operacionais e abono policial militar. Extensão aos inativos e pensionistas. Precedentes. Acórdão embargado. Omissão, contradição ou obscuridade.

RE 389.213 AgR / CE

Inexistência. Embargos de declaração rejeitados. Não se admitem embargos de declaração de decisão em que não há omissão, contradição nem obscuridade. 2. RECURSO. Embargos de declaração. Multa aplicada em agravo regimental. Demonstração de interesse recursal. Afastamento da multa. Embargos acolhidos para esse fim. Deve ser afastada a aplicação da multa quando a parte demonstra interesse recursal” (RE nº 354.352/CE-AgR-ED, Primeira Turma, Relator Ministro **Cezar Peluso**, DJ de 7/4/06).

“Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Policial militar do Estado do Ceará. Inativo. Benefício correspondente à totalidade dos proventos. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 434.899/CE-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJ de 24/6/05).

Nego provimento ao agravo regimental.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 389.213**

PROCED. : CEARÁ

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : ESTADO DO CEARÁ

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

AGDO.(A/S) : HERMES ALVES DO NASCIMENTO

ADV.(A/S) : SILVANA DO NASCIMENTO LIMA

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 2.8.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Carmen Lilian
Coordenadora